

## PROJETO DE LEI Nº.....

*Dispõe sobre a “criação do Programa e Conselho Municipal de Competitividade e Inovação que institui benefícios fiscais e econômicos para empresas inovadoras do município de.....”, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de ..... DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Competitividade e Inovação do Município de....., com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico sustentável do município, bem como o fomento do empreendedorismo inovador, incentivo a atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processo e modelos de negócio, a atração de empresas de base industrial – química e automotiva; tecnológica; alimentação; agronegócio; energias renováveis; nanotecnologia, dentre outras de interesse do município, gerando emprego e renda.

Art. 2º - Considera-se inovação para os fins desta lei, a concepção de novo produto, processo de fabricação ou modelo de negócio, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado.

Art. 3º Consideram-se "segmentos estratégicos" para o município de .....e para os fins do que dispõem os artigos 4º e 5º desta lei, os seguintes setores e atividades econômicas:

- a) Setor automotivo e de autopeças;
- b) Setor aeroespacial;
- c) Setores fármacos, biofármacos e cosméticos;
- d) Setor de telecomunicações
- e) Setor tecnologia da informação e comunicação;
- f) Setor de óleo e gás;
- g) Nanotecnologia;
- h) Setor de desenvolvimento de softwares;
- i) Pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia;
- j) Setor de alimentação;
- k) Setor de agronegócio;
- l) Máquinas e equipamentos;
- m) Produção e distribuição de eletroeletrônicos;
- n) Planos de saúde e cooperativas médicas.

§ 1º A descrição das atividades de que trata o caput deste artigo será estabelecida por Decreto;

§ 2º Consideram-se especialmente estratégicos para os fins de que trata esta lei, para a concessão de incentivos fiscais e subsídios econômicos, a implantação de Centros de Inovação para pesquisa, desenvolvimento e prestação de serviços nos segmentos de que trata este artigo.

Art.4º - O Poder Executivo Municipal concederá incentivos fiscais e econômicos, especialmente, mas não somente, os relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e no que couber ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) observados os requisitos e condições constantes nesta Lei e nas demais legislações aplicáveis.

Parágrafo único. Os incentivos de que trata o caput deste artigo, serão concedidos exclusivamente para os segmentos econômicos considerados estratégicos nos termos do artigo 3º, para os segmentos microempresas e exportadores, observado ainda o conceito de inovação contido no art. 2º e nas demais disposições e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º - Os incentivos fiscais de que trata o artigo 4º acima serão os seguintes:

I - Isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente ao imóvel ocupado pelo contribuinte incentivado, a partir do ano seguinte ao da data da homologação da declaração a que se refere o art. 6º, pelo prazo de até 10 (dez) anos observados os critérios a serem estabelecidos por Decreto;

II - Isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI na aquisição de imóvel pelo contribuinte incentivado, ocorrida após a homologação da declaração a que se refere o art. 6º desta lei;

III - isenção de 2% (dois) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços de construção civil, quando vinculados à execução da construção ou reforma de imóvel de propriedade do contribuinte incentivado, para obras iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da homologação da declaração a que se refere o art. 6º desta lei;

IV - Isenção de 2% (dois por cento) do ISS incidente sobre os serviços incentivados referidos no art. 3º desta lei, pelo prazo de até 20 (vinte anos), observados os critérios a serem estabelecidos em Decreto.

V- Aos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços dos segmentos econômicos dispostos no artigo 3º desta Lei e que venham a gerar valor adicionado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, poderão ser concedidos via cota parte municipal de retorno de ICMS até o limite de 20% (vinte por cento) do valor arrecado pelo Município através do repasse estadual da cota parte municipal do retorno do referido ICMS, oriundo da empresa que fez o investimento no Município e gerou a arrecadação do referido imposto.

§ 1º A transferência do repasse do ICMS de que trata o inciso V do acima, será efetivada de acordo com as regras previstas na Lei Complementar Federal nº 63/1990 e demais legislações aplicadas a espécie.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo, mediante ato específico, fixará e regulamentará o percentual de investimento mencionado nesta lei, a título de retorno do ICMS, após parecer do Grupo Gestor do Programa.

§ 3º Após análise e deliberação do Grupo Gestor do Programa, caberá ao Chefe do Poder Executivo acatar ou não o parecer final dos conselheiros, mediante decisão fundamentada.

§ 4º A lei orçamentária fixará anualmente o valor máximo destinado ao Programa Municipal de Competitividade e Inovação, especificamente em relação ao disposto no "inciso V do artigo 5º" desta lei, ficando desde já o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover as adequações necessárias à implementação do referido dispositivo legal.

§ 5º O incentivo de que trata o "inciso I do Art. 5º" para a hipótese de imóvel locado, será concedido somente se constar do contrato de locação cláusula de transferência do encargo tributário ao locatário nos termos de normas regulamentadoras.

Art. 6º - A inclusão no Programa Municipal de Competitividade e Inovação dar-se-á por opção do contribuinte incentivado mediante declaração, cabendo à autoridade administrativa competente a sua homologação, desde que atendidas as condições desta lei, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º Deverá a Secretaria Municipal de Finanças exigir do interessado, declaração periódica, acompanhada de outros dados e documentos a critério da autoridade administrativa, comprobatórios do cumprimento das condições estabelecidas para a permanência no Programa.

§ 2º A falta de cumprimento da exigência a que se refere o § 1º deste artigo acarretará:

I - Suspensão dos benefícios até que regularizada a exigência, observado o inciso II deste parágrafo;

II - Exclusão do Programa quando o contribuinte incentivado deixar de entregar a declaração por duas vezes, consecutivas ou não.

Art. 7º - O incentivo concedido pelo "inciso V do artigo 5º" não poderá ultrapassar o equivalente ao somatório das seguintes parcelas:

I - Valor do investimento no ativo fixo/imobilizado do projeto/empreendimento incentivado realizado pela empresa;

II - Valor do investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, registro da marca e patentes, relacionados ao projeto incentivado;

III - 20% (vinte por cento) do contrato de locação da sede e/ou instalações da empresa no município de ....., desde que o referido contrato de locação seja firmado pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito meses) e máximo de 120 (cento e vinte) meses.

§ 1º Os termos e condições de fruição dos incentivos serão estabelecidos em regulamento, que definirá os critérios para a concessão dos incentivos, priorizando:

- I - Empreendimentos que se caracterizem por apresentar elevado grau de inovação e impacto econômico, inclusive com relação à perspectiva de alavancagem da economia local;
- II - Empreendimentos com maior índice de absorção de mão-de-obra;
- III - A desconcentração econômica das atividades produtivas;
- IV - O incremento nos níveis tecnológicos das atividades produtivas;
- V - Empreendimentos industriais não-poluente ou voltados à preservação do meio ambiente.

Art.8º - Somente fará jus a fruição do referido benefício após conclusão do projeto de investimento aprovado pelo Comitê Gestor com a comprovação do efetivo investimento.

Art. 9º - O valor máximo de incentivo por contribuinte será calculado sobre o Imposto Sobre Serviços - ISS, recolhido nos 12 meses anteriores ao da apresentação do projeto.

Parágrafo único. Todos os projetos serão submetidos ao Grupo Gestor do Programa, que aprovará os projetos até o valor limite estipulado pelo Executivo.

Art. 10º - Após a aprovação do projeto, o contribuinte receberá um certificado que o habilitará a deduzir do seu Imposto Sobre Serviços - ISS devido, mensalmente, a importância correspondente aos percentuais fixados em decreto regulamentador.

Art. 11º - É vedada a cumulatividade de incentivos durante o período de captação de recursos para execução do projeto.

Art. 12º - Ficam excluídas, para obtenção deste benefício fiscal, as seguintes atividades:

- I - Instituições financeiras;
- II - Transporte coletivo;
- III - Coleta ou entrega de correspondências;
- IV - Exploração de rodovias, mediante pedágio;
- V - Registros públicos, cartórios;
- VI - Telefonia fixa e móvel;
- VII - Prestadores de serviço de coleta, armazenagem e destinação de resíduos sólidos urbanos;
- VIII - Prestadores de serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Art. 13º - O contribuinte que não aplicar ou aplicar indevidamente os valores deduzidos, ou, ainda, deduzir indevidamente valores de ISS, a título de incentivo decorrente desta lei, terá lançada a diferença do imposto recolhido a menor, na forma e com os acréscimos previstos na legislação vigente, e ficará, ainda, sujeito às seguintes penalidades:

- I - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre a diferença lançada, no caso de falta de aplicação dos valores deduzidos, ou dedução fora dos limites previstos nesta lei;
- II - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre a diferença lançada, no caso de dedução fora dos estritos limites do projeto apresentado pelo contribuinte, mas sem que tenha havido extrapolação dos limites previstos nesta lei;

III - Vedação de aprovação por parte do Grupo Gestor do Programa de novo projeto apresentado pelo contribuinte, para os fins desta lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 1º O percentual de multa prevista no inciso I poderá ser duplicado, caso verificada a existência de fraude, visando à evasão fiscal.

§ 2º As penalidades previstas neste artigo não excluem a aplicação de outras cabíveis, no âmbito administrativo ou criminal.

Art. 14º - Fica criado o Grupo Gestor encarregado de determinar a operacionalização do Programa Municipal de Competitividade e Inovação, para avaliar o mérito, os investimentos e os resultados dos projetos apresentados.

§ 1º O pedido de enquadramento ao programa será analisado pelo Grupo Gestor, que será composto por 5 (cinco) membros indicados pelas seguintes entidades:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento;
- II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- III - 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial;
- IV - 01 (um) representante do Instituto de Tecnologia;
- IV - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

§ 2º O mandato dos membros será de dois anos, sendo permitida uma recondução.

§ 3º O Poder Executivo estabelecerá o regulamento para o funcionamento do Grupo Gestor.

Art. 15º - Para projetos de investimento que tenham como objetivo a instalação, ampliação, diversificação ou modernização de atividades relacionadas aos setores descritos no artigo 3º, além dos demais tratamentos previstos nesta Lei e sem prejuízo das demais legislações aplicáveis, podem ser concedidos os seguintes benefícios a critério do Executivo Municipal:

- I - Doação ou concessão de uso de bens imóveis;
- II - Subvenção econômica para aquisição de terrenos, locação de imóvel durante a fase pré-operacional e realização de obras de infraestrutura;
- III - execução de obra de infraestrutura, compreendendo:

- a) Terraplanagem de terreno;
- b) Abertura de ruas e sua pavimentação;
- c) Colocação de meio-fio;
- d) Instalação, adequação e transferência das redes de energia elétrica de alta e baixa tensão, hidráulica, pluvial, cloacal e de telecomunicações;
- e) demais obras e serviços necessários ao adequado funcionamento do empreendimento.

§ 1º A concessão de qualquer dos benefícios previstos, depende de prévia celebração de termo de compromisso ou instrumento congênere com o Chefe do Poder Executivo.

Art. 16º - O contribuinte incentivado será excluído do Programa diante da inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º A exclusão do contribuinte incentivado do Programa implica a perda de todos os benefícios desta lei, acarretando a exigibilidade dos tributos a que se refere o art. 4º desta lei, com os acréscimos legais previstos na legislação municipal, inclusive multa moratória, desde a data em que a condição deixou de ser atendida.

§ 2º Caso seja verificada hipótese de dolo, fraude, simulação ou informações inexatas, com o intuito de ingressar ou permanecer no Programa, o tributo deverá ser recolhido com os devidos acréscimos legais previstos na legislação municipal, como se o benefício nunca tivesse sido concedido.

§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º deste artigo, independentemente das medidas administrativas e judiciais cabíveis, iniciado o procedimento fiscal, a falta ou o recolhimento a menor do imposto sujeitará o infrator à multa fixada em 100% (cem por cento) do valor do imposto devido e não recolhido ou pago a menor.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos § 1º e 2º deste artigo quando o pagamento do ISS for de responsabilidade dos tomadores ou intermediários dos serviços incentivados, não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços no período compreendido entre a data em que a condição deixou de ser atendida e a data da exclusão do Programa, relativamente ao valor do incentivo fiscal usufruído.

§ 5º É vedado o reingresso do contribuinte excluído do Programa quando verificadas as hipóteses de dolo, fraude, simulação ou informações inexatas, com o intuito de ingressar ou permanecer nele.

### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO**

Art. 17º - Fica criado o Conselho Municipal de Competitividade e Inovação, como órgão de participação direta da comunidade na administração municipal, responsável por:

- I - Formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;
- II - Promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações, novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;
- III - Promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata esta lei;
- IV - Contribuir na política de inovação a ser implementada pela administração pública municipal, visando à qualificação dos serviços públicos municipais;
- V - Sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente lei;
- VI - Deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos arranjos promotores de inovação nas políticas, programas e mecanismos municipais criados para realizar os objetivos desta lei;
- VII - Aprovar seu Regimento Interno;
- VIII - Colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros municípios, estados, União;



IX - Propor ao Executivo Municipal o aperfeiçoamento profissional e a introdução de métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;

X- Promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações através de políticas para o emprego e controle das condições de trabalho e renda;

XI - O Conselho Municipal de Competitividade e Inovação será constituído por até (xxx – O município faz a escolha que melhor lhe convier) membros de livre nomeação do Chefe do Executivo a serem escolhidos preferencialmente da seguinte forma:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento;

III - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;

IV - 01 (um) representante de Universidade(s)

V - 01 (um) representante de Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de .....

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico;

VII - 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado de .....

VIII - 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de .....

IX - 01 (um) representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;

X - 01 (um) representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

XI - 01 (um) representante da Agência de Fomento do Estado de .....

XII - 01 (um) representante da Associação Brasileira de Empresas de Software;

XIII - 01 (um) representante do Conselho das Entidades de Tecnologia de Informação e Comunicação de .....

XIV - 01 (um) representante do Sindicato das Indústrias de Informática de .....

§ 1º A direção do Conselho Municipal de Competitividade e Inovação será exercida pelo Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 1 (um) Secretario(a) Executivo(a).

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Competitividade e Inovação será de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período;

§ 3º O Conselho Municipal de Competitividade e Inovação reunir-se-á ordinariamente semestralmente ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou por um terço de seus membros e deliberará por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 4º O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do Conselho Municipal de Inovação não será remunerado e será considerado de relevante serviço público.

Art. 18º - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei no prazo de 60 dias de sua publicação.

Art. 19º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 20º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.



Tel: (11) 3207-1210  
[www.fundacao100maio.org.br](http://www.fundacao100maio.org.br)

Sala das Sessões,

Vereador



## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei é inspirado na cronologia de atuação do Estado como indutor do desenvolvimento, seja ele, industrial, tecnológico e inovação, através de implantação de um sistema legal adequado à promoção do desenvolvimento tecnológico entre o setor produtivo (micro, pequenas, médias e grandes empresas) e outros setores, como, financeiro, de conhecimento, dentre outros, e a governança própria da política de inovação.

Tem-se que o Estado evoluiu e mostra-se atento às questões que envolvem o avanço tecnológico para a necessária transformação da base produtiva brasileira pela inovação, a exemplo de países desenvolvidos.

Afora elaborar políticas adequadas e planos setoriais, o governo brasileiro tem concentrado esforços na concessão de benefícios fiscais às empresas, fomentando o intercâmbio intersetorial, disponibilizado crédito e estruturas de apoio à inovação na tentativa de assegurar a competitividade, em um mundo globalizado.

Apesar de todo o esforço reconhecido na promoção da inovação, o Brasil, segundo o ranking mundial de inovação, indica necessidades de melhorias gerais, sendo que o município de .....está apto a contribuir ativamente para melhoria na posição desse ranking.

Vale observar que o espírito desta lei é fazer com que a tecnologia seja apropriada em favor do sistema produtivo nacional, com o nítido intuito em promover a inovação nas microempresas e empresas de pequeno porte.

Esta lei prevê também a participação do Estado em possibilitar a concessão de subvenção econômica e incentivos fiscais à inovação, sendo que dependendo de regulamentação, claro, mas que oferece tratamento prioritário aos Arranjos Produtivos Locais (APL's) microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

O estímulo às empresas inovadoras poderá ser realizado por meio de alianças estratégicas com o governo municipal, entidades de terceiro setor e outras empresas, além de ser possível o compartilhamento de equipamentos e estrutura.

Diante das razões aduzidas, espera-se que o projeto encontre favorável acolhimentos dos nobres pares Edis.